



1

AO EXPEDIENTE DO DIA
29 de 07 de 19 96
Em 25 de 07 de 19 96
[Assinatura]
Presidente

Estado da Paraíba
Assembleia Legislativa
Casa de Epitácio Pessoa

PROJETO DE LEI Nº 514 /96

Reconhece de Utilidade Pública
a Associação Comunitária
Rural de Donas de Casa, no
município de Sousa, e dá
outras providências.

art. 1º - Fica reconhecida de utilidade pública a Associação Comunitária Rural de Donas de Casa - Comunidade de Riacho dos Xavier, com sede e foro no município de Sousa.

art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

Objetiva o reconhecimento público a nível estadual, assegurando a mesma, a possibilidade de conveniamento com órgãos, entidades e governos.

João Pessoa, 23 de julho de 1996

[Assinatura]
JOÃO MARQUES ESTRELA E SILVA
Deputado Estadual

**Assessoria ao Plenário
Constou no Expediente**

Em 29 de 07 de 96
[Assinatura]
Diretor da Ass. ao Plenário

7

ILUSTRÍSSIMO SENHOR DOUTOR DELEGADO DA DELEGACIA DE SOUSA = PARAIBA.



EM FACE DAS INFORMAÇÕES
ATESTO AFIRMATIVAMENTE

29/04/1996

Bel. Vicente Amorim Filho
Delegado de Polícia Civil

MAI. 69.977-2



ATESTADO DE PLENO FUNCIONAMENTO

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RURAL DE DONA DE CASA

XX XX XX XX XX XX XX XX XX, Pessoa Jurídica de Direito Privado, com sede nesta cidade de Sousa-PB, no Bairro RIACHO DOS XAVIER através de seu representante legal, o Presidente abaixo subscrito, vem mui respeitosamente, REQUERER de V.Sa., que se digne em ATESTAR que a referida entidade encontra-se em pleno funcionamento nesta cidade, atendendo as suas finalidades estatutárias.

Nestes Termos,
Pede Deferimento.

Sousa-PB 29 / 04 / 1996

Maria José Sarmiento da Silva
PRESIDENTE

TESTEMUNHAS

1. Antonio Idelfonso de Sousa

End. Campo Alegre

2. José Pereira da Silva

End. Curralinho Sousa P.B.

3. Maria Bernadete Casimiro Lopes

End. Belém Chabocan - São Francisco

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DAS MULHERES RURAIS DA COMUNIDADE DE RIACHO DOS XAVIERS - MUNICÍPIO DE SOUSA-PB, REALIZADA NO DIA 09 DE MAIO DE 1989, PARA A CRIAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RIACHO DOS XAVIERS.



As nove horas da noite de maio de 1989, às 14:00 horas, no Grupo Escolar da Comunidade de Riacho dos Xaviéis, reuniram-se cerca de 35 (TRINTA E CINCO) mulheres rurais, objetivando a criação da Associação Comunitária do Bairro de Casa, sob a coordenação da Extensionista do Bar-Bairro-Social da EMATER de Sousa-PB, Zilda Figueiredo Idma Abranches.

Iniciou-se a reunião, onde a Extensionista relatou para as presentes a importância da criação da entidade para a defesa dos interesses e aspirações da categoria, notadamente da Comunidade Riacho dos Xaviéis.

Em seguida, procedeu-se pela eleição para escolha de 1ª (Primeira) Diretora da Associação, que elegeu através de voto secreto, as seguintes Donas de Casa:

PRESIDENTE: MARIA JOSÉ SARTORI DA SILVA

VICE-PRESIDENTE: FRANCISCA LÚCIA PEREIRA

TESOUREIRO: FRANCISCA MARIA DE OLIVEIRA

SECRETÁRIO: FRANCISCA PAMPIONA DE SOUSA

CONSELHO FISCAL: MARIA JOAQUINA PAMPIONA

1. MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA

2. FRANCISCA DE LIMA PEREIRA

Esta Diretoria, dentro do prazo de 06 (seis) meses deverá providenciar todas as ações necessárias para a consolidação da Associação a nível Jurídico e Social.

Entiveram presentes a esta Assembleia Geral, as Extensionistas da EMATER e as Donas de Casa que subscreveram a presente ATA.

Secretariou e relatou esta ATA de reunião a Sra

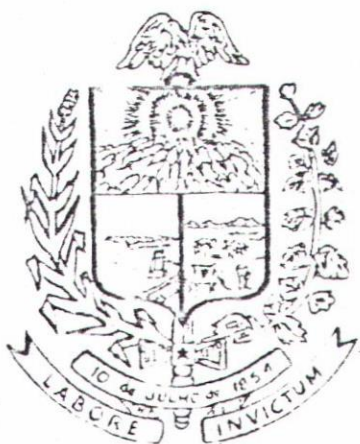
4
Ata da Assembleia Geral da Associação
Comunitária Rural de Donas de Casa
Comunidade de Riacho dos Cavalos município
de Sousa, realizada no dia 09 de julho de
1995 a 7ª reunião, que foi ocorrido a posse
da 6ª diretoria a presidente eleito através
de sorteio, a sorteada foi a senhora -
Generomaza Maria da Conceição, não
foi possível a sua aceitação na presidência
em virtude de ser uma mulher já de
idade, por esse motivo todas nós socias
continuamos nomear a mesma presidente
Maria José Sarmiento da Silva, esta já
é a 6ª vez que vem assumindo na -
presidência da Associação de Donas
de Casa da Comunidade de Riacho
dos Cavalos. Ficando assim Presidente
Maria José Sarmiento da Silva -
Vice-Presidente Gracir Alves Pamplona
Secretária Helena Joaquina Pamplona
Tesoreira Francisca Lúcia Alves Fernando
Conselho Fiscal 01. Bernadete Moreirada
Silva 02 Francisca Maria de Oliveira
03 Geralda Martins da Silva Na
ata da posse estiveram presente 24
socias, em seguida a diretoria entregou
seus cargos à nova diretoria através de



5
Realizou-se neste dia 14 de abril de 1996
4ª reunião do Grupo de Donas
da Comunidade de Riacho dos Cavalier
cuja como secretária Helena Joaquina
Pamplona fez a chamada das sócias presentes
comparicaram 23 sócias e faltaram 4. sócias,
em seguida a tesoreira fez a chamada
fazendo um total de R\$ 17.50 centavos a
Presidente Maria José Sarmiento da Silva
juntamente com a sócias falamos
em planejar uma festinha no dia das mães
encerrando a reunião não havendo nada
mais anotar. Helena Joaquina Pamplona
Secretária.

Riacho dos Cavalier 14 de abril de 1996.

Maria José Sarmiento da Silva
Presidente



Orgão oficial
do município

criado pela Lei nº 811/74

GAZETA

de

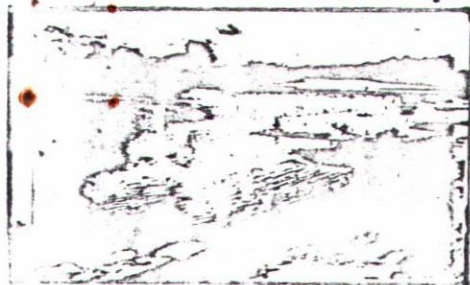
SOUSA



GAZETA DE SOUSA * ANO IV * Nº

9 de MAIO DE 1982

ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO BOMAS DE CASA RIACHO DOS XAVIER.



Prefeitura de Sousa



ESTATUTO DA: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RURAL DE BOMAS DE CASA

CAPÍTULO I

DA IDENTIFICAÇÃO, DURAÇÃO, SEDE, FÓRUM E FIM

Art. 1º) - A Associação Comunitária Rural de Bomas de casa fundada em 22 de Maio de 1982, com sede em Bomas de casa, Município de Sousa, Estado da Paraíba e sede social na Comunidade de Bomas de casa.

Art. 2º) - A Associação Comunitária Rural de Bomas de casa tem por finalidade:

- I- Reunir pessoas da Comunidade para tratar de assuntos comuns;
- II- Proporcionar a melhoria do convívio entre os habitantes da comunidade, através da integração de seus moradores;
- III- Desenvolver a comunidade de sua potencialidade, levando-a a responder aos seus anseios;
- IV- Colaborar com poderes públicos nas iniciativas de interesse coletivo;
- V- Promover o desenvolvimento em todos os setores da comunidade e das circunvizinhanças, dentro das suas limitações;
- VI- Orientar as pessoas para o desenvolvimento rural e para o emprego de recursos humanos e humanos, visando a melhoria das condições dos produtores.

Art. 3º) - Compete a (o) Associação Comunitária Rural de Bomas de casa:

- I- Apresentar aos poderes públicos, sugestões visando o bem da comunidade;
- II- Integrar sua ação com a de outros órgãos e instituições comprometidos no desenvolvimento dos meios rurais;
- III- Estabelecer sistema adequado de controle na aplicação dos recursos que venha receber, tendo em vista a comprovação das despesas realizadas, perante as Entidades ou grupos de pessoas donde provierem esses recursos;



- IV- Colaborar para a contínua e crescente integração com os poderes públicos, órgãos e entidades que visem o desenvolvimento rural;
- V- Avaliar isoladamente ou em grupo com outros órgãos e entidades, os resultados alcançados na execução das atividades desenvolvidas nas comunidades;
- VI- Divulgar seus objetivos e realizações.



Art. 4º) - O prazo de duração da Associação Comunitária Rural de Bom do Rio de 1988 da comunidade de Riachão é indeterminado e o número de sócios é ilimitado (10) sócios no mínimo.

CAPÍTULO II DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL

Art. 5º) - A Associação Comunitária Rural de Bom do Rio de 1988 terá os seguintes órgãos sociais:

- I- Assembleia Geral;
- II- Diretoria;
- III- Conselho Fiscal.

CAPÍTULO III DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 6º) - A Assembleia Geral, dentro dos dispositivos deste Estatuto, é órgão soberano de deliberação da Associação Comunitária Rural de Bom do Rio de 1988, composto de todos os membros do seu quadro social.

Art. 7º) - A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente, ou, extraordinariamente, por convocação da Diretoria, sempre que se fizer necessário.

Art. 8º) - As Deliberações da Assembleia são tomadas por maioria de votos secretos, no mínimo, a metade mais um dos associados presentes.

Art. 9º) - A Assembleia Geral Ordinária compete privativamente:

- I- Aprovar a prestação de contas da Diretoria;
- II- Promover a eleição e a reeleição da Diretoria e do Conselho Fiscal;

Art. 109) - A Assembleia Geral Extraordinária compete privativamente:

- I- Reaudar, ou raver o presente Estatuto;
- II- Resolver os assuntos que lhes foram propostos;
- III- Destituir ou membros da Diretoria e do Conselho Estado da Paraíba
Justa causa;
- IV- Decidir sobre a extinção da Associação Comunitária Rural de Donas de casa.

§ ÚNICO- As deliberações sobre a reforma do presente Estatuto e a extinção da Associação Comunitária Rural de Donas de casa não tomam pelo voto de 2/3 (dois terços) dos presentes, em plenário gozo de seus direitos.

CAPÍTULO IV DA DIRETORIA

Art. 112) - A Diretoria compõe-se de Presidente, Vice-Presidente, Secretário, Tesoureiro, escolhidos entre os próprios associados.

Art. 122) - Os membros da Diretoria serão eleitos pelo voto secreto da Assembleia Geral, com mandato de 02 (dois) anos podendo / ser reeleitos.

Art. 132) - A Diretoria reunir-se-á ordinariamente, pelo menos uma vez por mês, e extraordinariamente, sempre que o Presidente ou dois de seus membros a convocarem.

Art. 142) - A Diretoria não correspondendo aos interesses da Associação Comunitária Rural de Donas de casa, será afastada por decisão da Assembleia e por maioria de votos secretos.

Art. 152) - Compete à Diretoria:

- I- Cumprir e fazer cumprir deliberações do Estatuto e da Assembleia Geral;
- II- Zelar pela execução do programa Anual de Atividades;
- III- Convocar a Assembleia Geral.

Art. 16º) - Compete à Presidência:

- I- Dirigir e orientar a Associação Comunitária Rural de Donas de Casa, em todos os fins;
- II- Determinar as despesas e pagamentos autorizados pela Associação;
- III- Representar a Associação Comunitária Rural de Donas de Casa em juízo ou fora dele, nos âmbitos municipal, estadual ou federal, e, junto a estabelecimentos bancários, movimentar suas verbas conjuntamente ao tesoureiro;
- IV- Assinar conjuntamente com o tesoureiro, todos os documentos, que envolvam responsabilidades financeiras;
- V- Presidir as reuniões e convocá-las quando necessário;
- VI- Supervisionar e controlar o funcionamento geral da Associação Comunitária Rural de Donas de Casa, em todos os setores, zelando pela fiel execução, dos programas de atividades e pelo cumprimento das deliberações dos órgãos sociais;
- VII- Dirigir junto às comunidades rurais o Bde do Município em assuntos dos trabalhos realizados;
- VIII- Solucionar casos de urgências, submetendo-os em seguida, à aprovação da Diretoria;
- IX- Convocar as reuniões do Conselho Fiscal;
- X- Assinar com o Secretário a correspondência da Associação Comunitária Rural de Donas de Casa.

Art. 17º) - São atribuições do Vice-Presidente:

- I- Substituir o Presidente em seus impedimentos ou ausências temporárias;
- II- Auxiliar o Presidente nas funções em que solicitar a cooperação;
- III- Ajudar em todas as atividades promocionais da Associação Comunitária Rural de Donas de Casa.

Art. 18º) - Compete ao Secretário:

- I- Colocar em dia a correspondência da Associação Comunitária Rural de Donas de Casa.



- II- Atualizar o registro dos associados;
- III- Informar a Tesouraria a admissão dos novos associados;
- IV- Assinar as reuniões da Diretoria lavrando e fazendo as
votar atas;
- V- Providenciar a publicação dos comunicados;
- VI- Assinar com o Presidente documentos e correspondências da
Associação Comunitária Rural de Donas de casa.
- VII- Ter sob sua guarda, devidamente organizados, os livros de
Atas e arquivos.

Art. 199) - Compete ao Tesoureiro:

- I- Arrecadar em dia as contribuições dos associados;
- II- Responsabilizar-se pelo patrimônio social da Associação Comunitária Rural de Donas de casa.
- III- Assinar, conjuntamente com o Presidente, todos os documentos que envolvem responsabilidades financeiras.

CAPÍTULO V

DO CONSELHO FISCAL

Art. 209) - O Conselho Fiscal compõe-se de 03 (três) membros efetivos, eleitos pela Assembleia Geral dentre os membros natos mantenedores, pelo prazo de 02 (dois) anos.

Art. 219) - Compete ao Conselho Fiscal:

- I- Examinar os livros, documentos e balanços, verificando a integridade financeira da entidade;
- II- Convocar extraordinariamente a Diretoria com/ou Assembleia, quando ocorrerem graves e urgentes motivos;
- III- Fiscalizar as atividades da Diretoria.

CAPÍTULO VI

DOS ASSOCIADOS

Art. 229) - São sócios:

- I- Fundadores todos aqueles que assinaram a ata de fundação;
- II- Efetivos aqueles residentes em Riacho dos Cavalos, ou / nas comunidades circunvizinhas, associados da Associação.

III- Beneficiários aqueles que são eleitos pela Assembleia Geral, mediante seus relevantes serviços prestados à Associação Comunitária Rural de Dona do casa

IV- Contribuintes são as entidades ou órgãos que contribuem, diretamente ou através dos Poderes Públicos, com recursos financeiros ou técnicos, visando realizações dentro das finalidades da Associação Comunitária Rural de Dona do casa

Art. 235) - Somente os membros e mantenedores terão direito a voto, ativo ou passivo, nas Assembleias Gerais.

§ Único - Os membros da Associação Comunitária Rural de Dona do casa, não respondem pessoalmente pelas obrigações em nome da entidade.

Art. 242) - São direitos dos associados fundadores e efetivos:

- I- Votar e ser votado;
- II- Participar das Assembleias Gerais e apresentar opiniões;
- III- Receber identidade de sócio;
- IV- Ser informado dos benefícios da Associação Comunitária Rural de Dona do casa;
- V- Reclamar quando se achar prejudicado em seus direitos.

Art. 252) - São obrigações dos associados fundadores e efetivos:

- I- Conservar o bom nome da Associação Comunitária Rural de Dona do casa;
- II- Contribuir mensalmente com a importância determinada pela Assembleia Geral;
- III- Comparecer às reuniões ordinárias e/ou extraordinariamente quando convocado;
- IV- Participar dos trabalhos realizados na comunidade;
- V- Participar do desenvolvimento de atividades, projetos e outros, executados pela Associação Comunitária Rural de Dona do casa.

CAPÍTULO VIIDO PATRIMÔNIO E RECURSOS

Art. 26ª) - O Patrimônio da Associação Comunitária Rural do _____, será constituído pelos bens que adquirir.

Art. 27ª) - A receita será constituída pelos recursos filantrópicos, auxílios, subvenções legados e outros que lhes forem destinados pelos membros mantenedores e outros.

Art. 28ª) - Os recursos da Associação Comunitária Rural do _____, serão destinados exclusivamente aos seus objetivos e só serão aplicados mediante autorização do Presidente e Tesoureiro, após verificação da necessidade da despesa.

Art. 29ª) - Nenhum pertence ao(a) Associação Comunitária Rural do _____, poderá ser ALIENADO ou por qualquer título passado, sem expressa autorização da Assembleia Geral Extraordinária, convocada para este fim, a qual será deliberada ou votada no particular.

CAPÍTULO VIIIDISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 30ª) - Em caso de algum membro da Diretoria ter que se candidatar a cargos eletivos, deverá, através de documentos fornecidos pela Justiça Eleitoral, solicitar seu imediato afastamento, da Assembleia Extraordinária.

Art. 31ª) - O mandato de todos os membros dos órgãos da entidade, será inteiramente gratuito.

Art. 32ª) - O (A) Associação, existirá, até que fique reduzido a número inferior a 10 (dez) associados com a aprovação de sua Assembleia Geral.

Art. 33ª) - O (A) Associação receberá orientação da EMATER-PA, sempre que necessário.

Art. 34ª) - O dinheiro arrecadado pelo (a) Associação, será revestido em benefício dos associados, e consequentemente das comu-

Art. 35º) - Os casos omissos neste Estatuto serão resolvidos pela Diretoria em exercício.

Art. 36º) - Em caso de dissolução, do (a) Associação, os seus bens patrimoniais pagam-se para uma entidade de fins comunitários indicados em Assembleia Geral.

Art. 37º) - Este Estatuto vigorará a partir da data da sua publicação em Diário Oficial do Estado.

PRESEIDENTE: Maria José Sacramento da Silva

VICE-PRESEIDENTE: Francisca Lucina Fernandes

SECRETARIA: Francisca Pomplona de Sousa

TESOUEIRA: Francisca Maria de Oliveira

CONSELHO FISCAL: Helena Joaquina Pomplona

Maria Lucina de Oliveira

Francisca de Lima Moreira

15





ESTADO DA PARAIBA
1.º CARTÓRIO DA COMARCA DE SOUSA
TABELIÃ

Terezinha de Lisleux Gadelha Abrantes
TABELIÃO SUBSTITUTO

José Luciano Gadelha Fontes Filho
ESCREVENTES

Maria dos Remédios Fontes
Maria Aparecida Sarmento Gadelha



1º Tabelionato Público, Judicial e Notas, Es-
crivão do crime, cível, anexos, Juri e Oficial
do Registro geral de Imóveis.

C E R T I D ã O

Certifico a requerimento verbal de pessoa interessada, /
que revendo os livros de Pessoas Jurídicas, deste Cartório e a meu
cargo, deles encontrei o registro, digo, deles encontra-se registra-
do sob nº85, fls. 63v. em 12.12.1989, a Associação Comunitária Ru-
ral de Casas de Casa. O referido é verdade; Dou fé. Sousa, 12 de /
Dezembro de 1989. A Escrivã: *Terezinha de Lisleux Gadelha Abrantes*

1º CARTÓRIO

TABELIÃO E OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS
E DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

Terezinha de Lisleux Gadelha Abrantes
SUBSTITUTOS

José Luciano Gadelha Fontes Filho

Maria dos Remédios Fontes

Maria Aparecida Sarmento Gadelha

SOUSA — PARAIBA

Senhor Contribuinte,

Estamos fazendo a entrega do Cartão CGC de seu estabelecimento.


Confira os dados do Cartão e, se houver divergência, procure o Órgão da Secretaria da Receita Federal que o jurisdiciona para as alterações necessárias.


Verifique o Carimbo Padronizado do CGC que está sendo utilizado por seu estabelecimento. Lembre-se que, para a Secretaria da Receita Federal, as informações que constam do carimbo identificam quem apresentou declarações e quem pagou o imposto.

Caso o Carimbo Padronizado não esteja PERFEITAMENTE LEGÍVEL ou apresente dados incorretos, substitua-o imediatamente para evitar que seu estabelecimento seja considerado omissor ou devedor.

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

093268

 MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL COORDENAÇÃO GERAL DO SISTEMA DE ARRECADAÇÃO		CGC		NÚMERO DE INSCRIÇÃO 12.722.088/0001-34	
NATUREZA JURÍDICA 16 - ASSOCIACAO		ATIV. PRINCIPAL 61.11		VÁLIDO ATÉ 30/06/97	
CPF DO RESPONSÁVEL 788646154-15		ÓRGÃO DA SRF 0430106 - SOUSA			
FIRMA OU RAZÃO SOCIAL/DENOMINAÇÃO COMERCIAL ASSOCIACAO COMUNITARIA RURAL DE DONA DE CASA					
NOME FANTASIA					
LOGRADOURO ST RIACHO DOS XAVIER		NÚMERO SN		COMPLEMENTO	
CEP 58800	BAIRRO/DISTRITO SEDE	MUNICÍPIO SOUSA		UF PB	
VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL COMPROVA A INSCRIÇÃO DO ESTABELECIMENTO NO CADASTRO GERAL DE CONTRIBUÍNTES Apresentação obrigatória quando o número de inscrição for informado, ainda que por aposição do carimbo padronizado do CGC					
M950591					

 MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL COORDENAÇÃO GERAL DO SISTEMA DE ARRECADAÇÃO		CGC		NÚMERO DE INSCRIÇÃO 12.722.088/0001-34	
NATUREZA JURÍDICA 16 - ASSOCIACAO		ATIV. PRINCIPAL 61.11		VÁLIDO ATÉ 30/06/97	
CPF DO RESPONSÁVEL 788646154-15		ÓRGÃO DA SRF 0430106 - SOUSA			
FIRMA OU RAZÃO SOCIAL/DENOMINAÇÃO COMERCIAL ASSOCIACAO COMUNITARIA RURAL DE DONA DE CASA					
NOME FANTASIA					
LOGRADOURO ST RIACHO DOS XAVIER		NÚMERO SN		COMPLEMENTO	
CEP 58800	BAIRRO/DISTRITO SEDE	MUNICÍPIO SOUSA		UF PB	
VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL COMPROVA A INSCRIÇÃO DO ESTABELECIMENTO NO CADASTRO GERAL DE CONTRIBUÍNTES Apresentação obrigatória quando o número de inscrição for informado, ainda que por aposição do carimbo padronizado do CGC					
M950591					



Estado da Paraíba
Assembleia Legislativa



Registrado no Livro de Plenário

às Fls. 514 Sob No 514/196

EM, _____ / _____ / 19 _____

Publicado no Diário do Poder

Legislativo do Dia _____ / _____ /

de 19__

EM _____ / _____ / 19 _____

1º SECRETÁRIO

Remetido à Secretária Legislativa

Em _____ / _____ / _____

Diretor da Ass. ao Plenário

Designo como Relator
o Deputado Antônio Lva
Em, 30 / 12 / 196
Presidente
Presidente

19

ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PROJETO DE LEI N. 514/96.

RECONHECE DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RURAL DE DONAS DE CASA, NO MUNICÍPIO DE SOUSA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AUTOR : DEP. JOÃO ESTRELA
RELATOR : DEP. ANTÔNIO IVO

PARECER

RELATÓRIO

O Projeto de Lei N. 514/96, de autoria do Deputado João Marques Estrela, vem para análise nesta Comissão de Constituição, Justiça e Redação, tendo como objetivo reconhecer de Utilidade Pública a Associação Comunitária Rural de Donas de Casa - Comunidade Riacho dos Xavier, com sede e foro no Município de Sousa.

A proposição constou no Expediente do dia 29 de julho do ano em curso, vindo a este órgão técnico legislativo para apreciação e elaboração de parecer.

é o relatório.

VOTO DO RELATOR

A pretensão da ilustre parlamentar é legítima sob todos os aspectos, uma vez que, encontra-se a matéria devidamente instruída, sendo-lhe peculiar a presente iniciativa.

Este reconhecimento público através de lei, é instituto imprescindível a toda entidade, estando inserida neste contexto, a Associação Comunitária Rural de Donas de Casa, que há tempo, desenvolve um trabalho voltado a comunidade da cidade de Sousa.

Portanto, esta relatoria se posiciona pela constitucionalidade e juridicidade, quanto a técnica legislativa, apresentando em tempo, emenda de redação ao projeto nos termos do artigo 98, parágrafo 6o., inserindo no esboço da matéria a seguinte expressão: "A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DECRETA:", sem altera-lhe o texto nela articulado.

20.

ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Diante do exposto, conclamo os ilustres pares desta Comissão votarem pela aprovação o Projeto de Lei N. 514/96, acrescido de emenda de redação anteriormente formulada.

É o voto.

Sala das Comissões, em 02 de agosto de 1996.

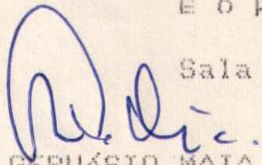
DEP. ANTÔNIO IVO
RELATOR

PARECER DA COMISSÃO

Em reunião plena, esta Comissão de Constituição, Justiça e Redação, adota e recomenda o parecer do Senhor Relator Deputado Antônio Ivo, pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei N. 514/96, acrescido de emenda de redação dada ao texto.

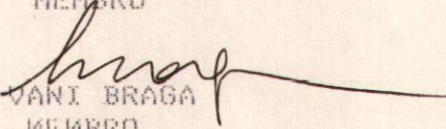
É o parecer.

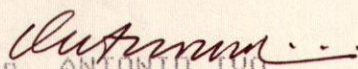
Sala das Comissões, em 02 de agosto de 1996.

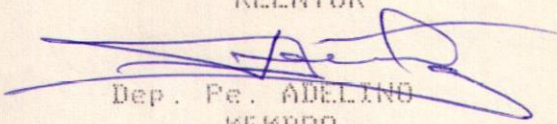

Dep. GERVÁSIO MAIA
PRESIDENTE

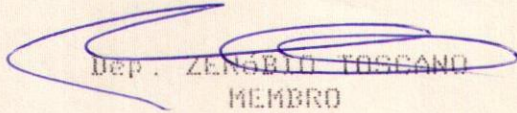
Dep. TARCIZO TELINO
MEMBRO

Dep. AÉRCIO PEREIRA
MEMBRO


Dep. VANI BRAGA
MEMBRO


Dep. ANTÔNIO IVO
RELATOR


Dep. Pe. ADELINO
MEMBRO


Dep. ZENSÓRIO TOSCANO
MEMBRO

21

ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

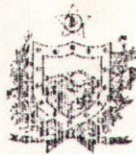
DECLARAÇÃO

DECLARO, a fim de cumprir determinações do Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, Deputado Gervásio Maia, que o Projeto de Lei N. 514/96, de autoria do Deputado João Marques Estrela, atende os requisitos necessários para o devido reconhecimento de Utilidade Pública da Associação Comunitária Rural de Donas de Casa - Comunidade de Riacho dos Xavier, estando a proposição acompanhada dos respectivos documentos comprobatórios de registro e funcionamento. Sendo a presente declaração a expressão da verdade.

Sala das Comissões Técnicas, em 02 de agosto de 1996.

ELMADO JOSÉ COELHO DE CARVALHO
ASSESSOR LEGISLATIVO AUXILIAR MAT: 270.214-2

22



Estado da Paraíba
Assembléia Legislativa
Casa de Epitácio Pessoa

Ofício nº 1514/GP

João Pessoa, em 24 de setembro de 1996.

Senhor Governador

Encaminho a Vossa Excelência o autógrafo do Projeto de Lei nº 514/96 de autoria do Deputado JOÃO ESTRELA, que Reconhece de utilidade pública a Associação Comunitária Rural de Donas de Casa, no município de Sousa, e dá outras providências.

Atenciosamente

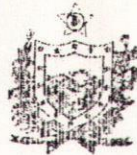
CARLOS DUNGA
Presidente

Exmo. Sr.

JOSE TARGINO MARANHÃO

GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAIBA

NESTA/



Estado da Paraíba
Assembléia Legislativa
Casa de Epitácio Pessoa

AUTÓGRAFO Nº 136/GP

PROJETO DE LEI Nº 514/96

Reconhece de utilidade pública a Associação Comunitária Rural de Donas de Casa, no município de Sousa, e dá outras providências.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DECRETA

Art. 1º - Fica reconhecida de utilidade pública a Associação Comunitária Rural de Donas de Casa - Comunidade de Riacho dos Xavier, com sede e foro no município de Sousa.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PAÇO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA, EM JOÃO PESSOA,
24 de setembro DE 1996.

CARLOS DUNGA
Presidente



ESTADO DA PARAÍBA

Publicado Diário Oficial
DESTA DATA
Em, 12, 10, 96
GABINETE CIVIL DO GOVERNADOR

LEI N.º 6.353 , DE 09 DE outubro DE 1996

Reconhece de utilidade pública a Associação Comunitária Rural de Donas de Casa, no município de Sousa, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA :

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º - Fica reconhecida de utilidade pública a Associação Comunitária Rural de Donas de Casa - Comunidade de Riacho dos Xavier, com sede e foro no município de Sousa.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em João Pessoa, 09 de outubro de 1996; 107º da Proclamação da República.



JOSÉ TARGINO MARANHÃO
GOVERNADOR